

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 4 de junho de 2024 - Ata n.º 48.

Aos quatro dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, por meio do Sistema de Deliberação Misto, conforme convocação pelo Ato da Comissão Executiva n.º 577/2024, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Alexandre Curi** (1.^º Secretário) e **Maria Victória** (2.^a Secretária), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **48.^a Sessão Ordinária da 2.^a Sessão Legislativa da 20.^a Legislatura.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta terça-feira. Consulto os Parlamentares se estão me ouvindo. Tudo ok? A Sessão de hoje segue o mesmo rito da Sessão de ontem: está dispensada a leitura de Ata; também não há Expediente a ser lido; vamos de imediato submeter à aprovação o Projeto. Também não teremos Pequeno Expediente, não teremos horário de Lideranças e Grande Expediente, apenas os encaminhamentos, cinco favoráveis e cinco contrários.

Passamos à Ordem do Dia.

Ordem do Dia.

[Iniciou-se a apreciação da matéria constante da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adão Litro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (SD), Ana Júlia (PT), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Batatinha (MDB), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro

(PSD), *Cobra Repórter* (PSD), *Cristina Silvestri* (PSDB), *Delegado Jacovós* (PL), *Delegado Tito Barichello* (UNIÃO), *Denian Couto* (PODE), *Do Carmo* (UNIÃO), *Douglas Fabrício* (CDN), *Doutor Antenor* (PT), *Evandro Araújo* (PSD), *Fabio Oliveira* (PODE), *Flavia Franscischini* (UNIÃO), *Gilson de Souza* (PL), *Goura* (PDT), *Gugu Bueno* (PSD), *Hussein Bakri* (PSD), *Luciana Rafagnin* (PT), *Luiz Corti* (PSB), *Luiz Claudio Romanelli* (PSD), *Luiz Fernando Guerra* (UNIÃO), *Mabel Canto* (PSDB), *Marcel Micheletto* (PL), *Marcelo Rangel* (PSD), *Márcia Huçulak* (PSD), *Marcio Pacheco* (REP), *Maria Victória* (PP), *Marli Paulino* (SD), *Matheus Vermelho* (UNIÃO); *Moacyr Fadel* (PSD), *Nelson Justus* (UNIÃO), *Ney Leprevost* (UNIÃO), *Paulo Gomes* (PP), *Professor Lemos* (PT), *Renato Freitas* (PT), *Requião Filho* (PT), *Ricardo Arruda* (PL), *Samuel Dantas* (SD), *Soldado Adriano José* (PP), *Tercílio Turini* (PSD), *Thiago Buhrer* (UNIÃO) e *Tiago Amaral* (PSD) (53 Parlamentares); **Deputados ausentes sem justificativa:** *Gilberto Ribeiro* (PL) (1 Parlamentar).]

Projeto que necessita de Apoioamento.

Farei a leitura aqui de um Projeto que necessita de apoioamento. Projeto de Lei de autoria do Deputado Gugu Bueno (**autuado sob o n.º 352/2024**), que concede o título de utilidade pública à Sociedade Esportiva Recreativa Atletas de Ouro, do município de Ubiratã-Pr. Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiado.**

Passamos ao Item da pauta.

ITEM 1 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 345/2024, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 36/2024, que institui o Programa Parceiro da Escola. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Educação. Vamos à apreciação do Projeto. Há um **Requerimento n.º 1432/2024**, dos Deputados Ana Júlia, Goura e Requião Filho, requerendo a votação do parecer da Comissão de Constituição e Justiça das Emendas ao Projeto de Lei n.º 345/2024. Requerimento para votação do parecer da CCJ às emendas. Em votação o Requerimento. Consulto os Deputados se desejam fazer nominal ou pode ser simbólico, o Requerimento. Consulto a Oposição e consulto também a Liderança do Governo.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Pode ser simbólico. A Oposição encaminha o voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): A Oposição encaminha o voto “sim”, simbolicamente. E a Liderança do Governo?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, é o Requerimento?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Exatamente.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O voto é “não”. Peço a todos os colegas, respeitosamente, o nosso voto é “não”, porque a matéria já foi deliberada na CCJ.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ok. Então, a Base do Governo vota “não”. Já temos aqui a maioria votando “não”, então está rejeitado o Requerimento.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos submeter ao voto agora a Subemenda Substitutiva Geral.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Estou pedindo questão de ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Questão de ordem do Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, art. 41, §16 do nosso Regimento Interno: “*O autor da Emenda que tenha sido declarada *inconstitucional* pela Comissão de Constituição e Justiça poderá requerer que o parecer pela rejeição seja analisado pelo Plenário, mediante votação em separado, quando da apreciação da respectiva proposição emendada e, se for rejeitada, a Emenda será tida como acolhida e incluída para votação em segunda discussão.*

Propus uma Emenda que estabelece o art. 4-A, que: “*Fica proibida a cobrança de mensalidades escolares em toda a rede pública estadual de ensino para as atividades curriculares e extracurriculares ou qualquer contrapartida financeira a ser cobrada de pais, alunos e membros da comunidade escolar. Parágrafo único. A proibição da cobrança de mensalidade se aplica também às instituições da rede*

estadual de ensino e educação básica do Paraná em que for instituído o programa Parceiro da Escola". Essa emenda foi rejeitada na CCJ, tratada como inconstitucional, e peço a apreciação de acordo com o art. 41, aqui na Casa.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Arilson, procede a sua questão de ordem, ocorre que o Requerimento foi rejeitado. Se o Requerimento tivesse sido aprovado, a sua proposta de Emenda teria que ser submetida, sim, à apreciação. Então, lamento lhe informar que a sua questão de ordem procede, está dentro dos parâmetros do Regimento Interno, mas, como foi rejeitado o Requerimento, não há condições de submetermos à apreciação.

Vamos agora então submeter ao voto a Subemenda Substitutiva Geral. Para encaminhar, inicialmente, Deputada Luciana Rafagnin.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, público que acompanha esta Sessão, companheiros e companheiras que estão presentes, companheiros professores e professoras, funcionários de escolas que aqui estão, e pais de alunos, estamos votando um Projeto que é muito importante para o Estado do Paraná, um Projeto que tem um impacto muito grande na vida do povo paranaense. E um Projeto desta magnitude, como é o 345/2024, não pode ser votado assim, em uma Sessão remota, em um regime de urgência, sem ser debatido com a nossa sociedade, sem ter ouvido os professores, sem ter ouvido os funcionários de escolas, sem ter ouvido os estudantes, sem ter ouvido os pais de alunos, sem ouvir a sociedade no geral. O Projeto que o Governador fala que é tão importante para o Estado do Paraná, por que não debateu com a sociedade do Paraná? Por que não chamou a sociedade, não chamou uma Audiência Pública, não fez reuniões regionais para ouvir bastante o povo paranaense? Não, o Governo Ratinho encaminha este Projeto para esta Casa de uma forma bem ditadora, de uma forma que inclusive faz com que este Projeto seja votado em Sessão remota. Isto é muito ruim para o Estado do Paraná! Sem contar que o Projeto tem este impacto direto na vida do povo paranaense, privatizando a educação do nosso Estado. Privatizando, e isso significa que vai causar desemprego, sim, dos funcionários, dos servidores hoje

que são PSS. E junto com isso vem uma preocupação muito grande que pode ser que os Deputados não prestaram tanta atenção no Projeto, que com a privatização não vai mais ter concurso público! Vai ter concurso público para quê, por quê, se serão contratados pela CLT? Se não tiver concurso público, logo, logo, o que será da Paranaprevidência? O que será do futuro dos aposentados e dos futuros aposentados no Estado do Paraná? O que vai acontecer com os nossos aposentados? Isto compromete o futuro, compromete o futuro da educação, compromete o futuro dos nossos servidores públicos do Estado do Paraná. Por isso este Projeto tem que ser, sim, olhado com muito carinho, este Projeto tem que se ter muita responsabilidade na hora de votar! Não estamos votando simplesmente, neste momento, a questão de privatizarmos a gestão administrativa, estamos votando realmente a privatização da educação. E, como o Deputado Arilson acabou de falar aqui na Sessão, uma Emenda sua no Projeto que iria garantir que no futuro não fosse cobrado mensalidade não passou. Então, qual é a intenção deste Projeto? Dinheiro. Dinheiro, porque nenhuma empresa assume qualquer trabalho se não for para pensar no seu lucro. Nenhuma empresa quer trabalhar com prejuízo! Quer ter lucro, e lucro com dinheiro público, lucro que o Estado vai estar passando recursos para a empresa privada, vai estar repassando dinheiro público para a empresa privada. Então, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, é preciso, sim, muita responsabilidade para votar este Projeto, porque estamos comprometendo inclusive o futuro das nossas crianças, daquelas crianças que não vão ter condições de pagar mensalidade quando começar a cobrar mensalidade. E se não aceitaram essa Emenda no Projeto é porque já têm essa pretensão, é porque já está sendo pensando em cobrar mensalidade logo, logo dos estudantes, e isso vai excluir muita gente da escola. Não podemos concordar com isso e temos que ter responsabilidade em votar este Projeto no dia de hoje. Não podemos aceitar este Projeto de forma alguma e não vamos aceitar. Não vamos aceitar. Gostaria muito de pedir a todos os Parlamentares que realmente pensassem muito antes de votar este Projeto: O que estamos fazendo com a educação pública do nosso Estado? Também dizer aqui que uma preocupação que tenho com relação a este Projeto vem com a nossa agricultura

familiar. Vem com a nossa agricultura familiar, e até conversava com lideranças da Fetraf e da Fetaep, com esta preocupação dos agricultores familiares que hoje vendem o produto para a merenda escolar. Doutor Antenor, temos hoje cerca de 20 mil famílias que entregam o alimento escolar, 20 mil famílias de agricultores que vão sofrer com este Projeto duas vezes – pela privatização da educação e porque logo, logo não vão mais entregar a merenda escolar. Ontem me procurava uma agricultora, mandando-me uma mensagem bem desesperada: *Eu estava muito animada, Deputada, com a merenda 100% orgânica, estava aqui pensando e trabalhando em toda a produção, quando vi esse Projeto ser aprovado e me desanimei. Desanimei-me porque quem vai garantir que vão comprar, que o Estado vai continuar comprando a produção, que vai continuar tendo a merenda escolar com pelos menos 30% da agricultura familiar?* Então é uma preocupação muito grande, porque a agricultura familiar quando falamos que 20 mil famílias são atingidas com esse projeto, se não tiver mais a merenda escolar, 20 mil famílias. Doutor Antenor, só a questão dessas 20 mil famílias que entregam para o Pnae, que entregam hoje o alimento escolar, que produzem para o alimento escolar, já tivemos no ano passado os dados colocados para nós que a renda dessas famílias, que entregam para o Pnae, se elevou em 64%. Então, significa que esse projeto vai atingir em cheio a nossa agricultura familiar e estamos aqui, também, para defender os agricultores familiares, também para defender a agricultura familiar, que é responsável por mais de 70% do alimento colocado na mesa do nosso povo brasileiro. E não podemos então concordar que esse projeto prejudique tanto. Não podemos aqui privar o povo paranaense, as crianças, os jovens, os adolescentes, de poder continuar estudando em uma escola pública e de qualidade. Por isso, peço a todos os Deputados, com muito carinho, uma reflexão muito grande agora que vamos votar novamente este projeto. Neste momento está na nossa mão o poder de decidir pela privatização ou não da educação do nosso Estado. E eu pediria de todos os Deputados esta reflexão: o que estamos fazendo com a educação do nosso Estado do Paraná? É muito importante o nosso voto. A decisão agora está na nossa mão. A decisão depende do nosso voto. Então é muito importante que tenhamos essa responsabilidade e

que façamos uma reflexão: o que estamos fazendo com a educação pública do Estado do Paraná? Quero parabenizar a todos os professores, professoras, alunos, estudantes, pais, toda comunidade, toda sociedade organizada que está se manifestando, os que estão aqui, os que estão nas regiões, os que estão nas ruas, no dia de hoje, no Estado do Paraná, pedindo pela não aprovação deste projeto. Com certeza vocês sabem que não existe país desenvolvido onde não se investe na educação. Portanto, educação não é gasto e educação não é para ter lucro, educação precisa de investimento e educação é que faz realmente o futuro do nosso País, que traz o desenvolvimento. E eu quero aqui dizer que educação então não é mercadoria, mas é um direito social e é um dever do Estado. E se o Governador do Estado não se acha competente, não se acha com condições de coordenar, de administrar a educação pública do nosso Estado, então ele também não tem condições de continuar sendo Governador do nosso Estado. Deixo aqui o meu pedido, Sr.^s e Sr.^{as} Deputados: “não” a esse projeto, “sim” à educação pública de qualidade no nosso Estado do Paraná. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pela ordem, Deputado Hussein Bakri.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, quero fazer uma correção aqui, mas vou deixar para o horário que vou usar depois, vou esclarecer essa questão de merenda, principalmente essa questão de pagamento. Só quero dizer que a questão do pagamento não foi aceita uma Emenda porque não tem previsão nenhuma de cobrar mensalidade.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Presidente, pedimos que o senhor inscreva o Deputado Hussein para falar favorável ao Projeto, porque não teve questão de ordem no momento, e ele pode falar...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Não, ele fez apenas uma colocação e será inscrito, vai fazer a defesa do Projeto na sequência, Deputado Requião. Senhores Deputados, antes de anunciamos o próximo orador inscrito, que fará a defesa do Projeto, vamos estabelecer um contra e um favor, sempre nesse critério, mas vou informar aos Sr.^s Deputados e a quem está nos ouvindo

neste momento pela *TV Assembleia* que a Assembleia agravou na Justiça e, por decisão, a Juíza Diele Denardin Zydek, Juíza de Direito Substituta, estabeleceu como multa pelo não cumprimento da decisão da Juíza, estabeleceu ao Sindicato dos Trabalhadores de Educação Pública, representado pela sua Presidente, Sr.^a Walkiria Olegário Mazeto, a multa de R\$ 2 mil por descumprimento, e aos demais ocupantes que, intimados, se recusarem a desocupar o imóvel... Aliás, para multa ao sindicato, uma correção, o valor é R\$ 10 mil, e a todos aqueles que estiverem em Plenário e não cumprirem essa decisão R\$ 2 mil individualmente, por pessoa. Mas, como sempre, desde o início deste período em que propusemos a votação deste Projeto, procuramos sempre o diálogo, nunca a imposição. Agradeço até neste momento pela compreensão de todos. A Assembleia aqui no seu recinto teve a presença da Polícia Militar, com o objetivo da proteção do patrimônio público e também de todos os Deputados e Deputadas. Em um entendimento que construímos com a liderança do movimento de greve, permitimos que as pessoas que estão em Plenário permaneçam até o final da Sessão e irão desocupar o imóvel 15 minutos após serem intimados pelo oficial de justiça. Então, estamos fazendo esse esclarecimento, até dentro de um espírito de podermos praticar aqui o nosso trabalho sempre, sem qualquer motivação de afronta a qualquer pessoa. Próximo orador, Deputado Delegado Tito Barichello, que encaminha a favor do Projeto.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Quero cumprimentar o Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; cumprimento o Líder do Governo, que nos assiste, e o Líder da Oposição, que aqui se encontra presente; cumprimento a população honesta que nos assiste através da *TV Assembleia*; obviamente que não cumprimento os fascistas que aqui se encontram, esquerdistas que buscam tumultuar uma Sessão na Assembleia Legislativa, que não nos permitem falar, porque a base de uma democracia, senhores, é a liberdade de opinião, e quando não se dá a liberdade de opinião, Sr. Presidente, temos uma ditadura. E é esta ditadura de Esquerda que existe em Cuba, que existe na Venezuela, que está sendo trazida para esta Casa Legislativa. Espero das autoridades públicas, senhores, o mesmo

tratamento desses criminosos que foi dado no dia 8 de janeiro em Brasília, porque lá foram presos por atentado ao Estado Democrático de Direito, e o *pau que bate em Chico bate em Francisco*. O Código Penal é único no Brasil, Decreto-Lei n.^º 2.848 de 1940, com a reforma da Lei n.^º 7.209 de 84. Este Código Penal, Sr. Presidente, tem que ser aplicado para esses criminosos que buscam acabar com a educação. Sim, eles buscam acabar com a educação. Por que eles buscam acabar com a educação? Porque o nosso objetivo, Sr. Presidente, é aproximar as escolas públicas das escolas privadas. Sim, isso mesmo, trazermos a cultura da escola privada para escola pública. Gostaríamos nós de ofertar aos nossos alunos um modelo similar ao que existe, por exemplo, no Colégio Marista, no Colégio Positivo e muitos outros. O nosso Governador do Estado poderia ser omisso, como foram os governadores anteriores que não fizeram nada pelas nossas escolas, mas o Governador Carlos Massa Ratinho Júnior com coragem, porque poderia nada fazer, com coragem está mudando a história da educação no Estado do Paraná. E a pergunta é: ela vai ser privatizada? Não, jamais, em tempo algum. A escola é universal, pública e gratuita. Então, a APP-Sindicato e a CUT mentem, faltam com a verdade, enganam a população paranaense. Senhores mentirosos, fiquem quietos, porque ninguém mais aguenta suas falácias. E o resultado, V.Ex.^{as} verão no pleito eleitoral que se aproxima, porque a população não aguenta mais o descaso de V.Ex.^{as} com a educação. Então, a primeira pergunta: a escola será privatizada? Não, não será. É pública e universal. Os professores PSS serão mandados embora? Não serão. Serão celetistas com fundo de garantia. A autonomia cultural de conteúdo sofrerá interferência externa? Não, jamais, em tempo algum. Então, na prática ou na práxis, temos um grupo de sindicalistas esquerdistas que buscam prejudicar a sociedade paranaense. Queremos um modelo, senhores, como existe no Canadá, como existe na Inglaterra. Eu estive, tive o prazer de ir à Inglaterra e conversar com professores de lá. Sabe o que me disseram? Que lá a pessoa mais pobre e a mais rica estudam no mesmo colégio e colégio público. Espero um dia, Governador Ratinho, que estejamos neste mesmo patamar, V.Ex.^a planta hoje a semente e está sofrendo o desgaste por plantar a semente,

por ter coragem, por ter capacidade administrativa, aquilo que V.Ex.^{as} que gritam aqui não têm. Os senhores são um descaso para a sociedade paranaense. Senhor Presidente, muito obrigado. Utilizo a palavra neste momento para informar à sociedade. Então, não haverá privatização. Que escolas que terão essa implementação? Aquelas que decidirem, através de votação, pela adequação a essa realidade. Essa é a democracia do Governador do Estado Carlos Massa Ratinho Júnior, que é o que se espera de um Governador do Estado, que é o que se espera de um estadista, e é o que se espera do futuro Presidente da República, porque o nosso Governador será Presidente da República no futuro. E a educação ganha com isso. O nosso Governador já mudou a história da segurança pública do Paraná e, agora, vai mudar a história da educação pública no Estado do Paraná. Então, parabéns ao Governador. Parabéns aos Deputados pela coragem. Infelizmente, a Esquerda e os Deputados de Esquerda trazem inverdades, falácia e mentiras enganando a população. Vamos lutar pelo fim da evasão escolar, para que os professores estejam na sala de aula e que os professores não estejam sabe onde? Fazendo política na APP, que não estejam matando aula para atrapalhar uma Sessão na Assembleia Legislativa. Professores incompetentes que não têm capacidade, voltem à sala de aula e respeitem os alunos. Parabéns, Governador do Estado. Parabéns, população paranaense. A semente da mudança está plantada. É a coragem que não nos falta para mudar a realidade do Estado do Paraná. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Professor Lemos, para encaminhar contrário ao Projeto.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Boa tarde a todos. Boa tarde, professores e professoras. Boa tarde, funcionários e funcionárias de escolas. Boa tarde, Deputados e Deputadas. Boa tarde a toda a população do Paraná que acompanha esta Sessão. Quero cumprimentar toda comunidade escolar, composta por pais, por estudantes, por professores, por funcionários de escolas, que se levantaram contra o projeto que podemos chamar de *trapaceiro da escola*. É um projeto que não tem fundamento constitucional. Vamos ao art. 213 da nossa

Constituição Federal. Diz o seguinte: “Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos às escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas definidas em lei, que comprovem finalidades não lucrativas e apliquem seus excedentes financeiros em educação”. Privatizar a gestão administrativa da escola é colocar dinheiro público no bolso de empreiteiras, de empreiteiros. Aqueles empreiteiros ou empreiteiras que forem privilegiados na escolha que uma organização social chamada ParanaEducação, que consta no Projeto de Lei, vai escolher pelo edital que essa empresa, que é a ParanaEducação, que é uma terceira, que vai poder quarteirizar com edital a contratação de empresas privadas para ficar com uma parte considerável do dinheiro público da educação. Portanto, haverá uma redução do percentual mínimo que deve ser aplicado integralmente em educação. O projeto prevê que a empresa receberá o valor mensal do custo/aluno no Paraná, o custo médio. Ocorre que para fazer o valor do custo médio é colocado na conta a escola indígena, a escola quilombola, a escola do campo, as pequenas escolas, as escolas especiais, e aí quando faz a média puxa a média para cima, mas essas pequenas escolas, essas empresas privadas não querem. Portanto, um colégio grande, como o Colégio Estadual do Paraná, que tem mais de 5 mil estudantes, o custo médio não é R\$ 800, é bem menos. Então, retira as pequenas escolas, só colocam as maiores, eleva o valor médio do custo/aluno mensal para meter no bolso de empresários boa parte do dinheiro da educação. Pior, sem transparência, porque uma empresa privada não presta conta ao Tribunal de Contas e nem a este Poder Legislativo, a esta Assembleia, do dinheiro que é repassado a ela, permitindo o desvio do dinheiro público, permitindo a corrupção. Isto além de ser inconstitucional, ilegal, porque também contraria o art. 71 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, é imoral. É o pior projeto que já pude ver contra a educação pública do Estado do Paraná em toda minha vida, minha vida de estudante, minha vida de professor. Sou professor há mais de 41 anos, nunca vi um projeto tão danoso como este. E ele vai além: permite que a empresa privada contrate professor ou funcionário do regime que quiser. Não há no projeto assegurado que será por regime de CLT ou outro regime, fica em aberto. Ela pode

contratar até por aquele regime chamado intermitente, pode contratar até por um regime chamado CNPJ, e o projeto não assegura igualdade de salário com os professores concursados, não assegura, e permite que a empresa contrate quem ela quiser, quando quiser e pode demitir a hora que quiser, sem motivação. Não precisa motivar a demissão. Naquela escola Anita Canet, que é usada como modelo, em São José dos Pinhais, que já implantou o modelo no ano passado, na metade do ano, a Professora Letícia, professora de matemática, grávida, teve então um problema sério, gravidez de risco, e aí teve sangramento, teve que ir para o médico, perdeu o bebê. Voltou para a escola depois da licença, demitida. Uma ótima professora de matemática. E disseram para ela: "*Aqui você não entra mais*". Esta é a proposta, este é o projeto. Podem perseguir, inclusive, politicamente professores e funcionários, como perseguiam quando não tínhamos assegurado na Constituição Brasileira que servidor público tinha que ser contratado por seleção pública, por concurso público. Quando não se pode fazer o concurso por seleção pública, sem discriminar, e não pode mandar embora porque não é cabo eleitoral do governante de plantão. É retroceder àquela época que nós vivemos no Brasil, da ditadura militar, que foi um atraso para o Paraná e para o Brasil. Por isso a nossa posição é contrária, contrária porque não terá formação continuada para professores e funcionários; porque não terão a garantia de carreira. Hoje, o professor, a professora, o funcionário, a funcionária que tem carreira, se ele estudar mais, fazer uma especialização, ele evolui na carreira e ganha mais; se ele fizer um mestrado, um doutorado, se ele se aperfeiçoa evolui na carreira. Nesta proposta não tem nada disso, não tem estímulo para estudar mais, para se atualizar, para se aperfeiçoar e para evoluir. E se, porventura, você ficar doente pode acontecer o que aconteceu com a Professora Letícia, no Colégio Anita Canet, em São José dos Pinhais. E se você, por acaso, tiver divergência com aquele candidato a Governador, ou a Deputado, ou a Prefeito, ou a Vereador, ou a Presidente da República, você pode ser perseguido, mandado embora sem justificativa. E aí, para piorar ainda, a empresa no final do ano... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Professor Lemos, por favor, para concluir.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Para concluir. No final do ano ela pode ser premiada se o Ideb subir. Para subir o Ideb, basta não reprovar ninguém, mesmo que não aprenda; e não dar falta para ninguém, mesmo quem não comparece à escola. Aí ela é premiada no ano seguinte. Isto é um absurdo, contraria o interesse público, é espaço para corrupção. Somos contra o Projeto. (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Próximo orador, para encaminhar favoravelmente ao Projeto, Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, pela ordem. Quem está, penso eu, inscrito para falar sou eu, não o Deputado Arruda.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Romanelli, na verdade V.Ex.^a está inscrito. Estava lhe deixando para falar posteriormente ao Ricardo Arruda. Pode ser?

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Pode deixar, não tem problema. Falo posteriormente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ok.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Presidente, não consigo falar agora. Vou falar por último, ok? De acordo com a inscrição que foi feita aí, por favor.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ok. Deputado Romanelli, então, por favor, V.Ex.^a pode falar neste momento.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Perfeitamente, Presidente. Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Sr.^s Deputado, não falarei aqui uma fala apaixonada e panfletária. Vou procurar tratar do tema à luz do que, efetivamente, na condição de legislador deva fazê-lo. Por primeiro quero dizer que, em parceria com dois outros parlamentares, a Deputada Márcia Huçulak e o Deputado Pedro Bazana, e com o apoio de mais 30 Parlamentares, construímos uma Emenda Substitutiva Geral ao Projeto, que foi debatida intensamente com a

Liderança do Governo e com a própria Secretaria Estadual de Educação, que resultou neste Substitutivo Geral, onde procuramos deixar de forma muito clara e transparente os itens que geravam desconfiança em relação ao Projeto e, ao mesmo tempo, buscar dar absoluta efetividade ao que o Projeto propõe, naturalmente com as ressalvas em relação a essas modelagens. Neste momento de debate sobre o mérito do Projeto, obviamente tenho o dever aqui de poder explicitar quais foram as modificações importantes que nós trouxemos nesta Emenda Substitutiva Geral. Por primeiro o Projeto ele estava amplo, ele incluía todas as escolas com aquelas pequenas inclusões do rol taxativo. Agora, deixamos, depois desse entendimento construído com a maioria dos Parlamentares, deixamos de forma muito objetiva listadas as 200 escolas que foram indicadas pela Seed para poder receber o programas, que se transformou em um anexo 1 desta Lei que estamos votando. Então, temos objetividade nisso, é exclusivamente nos projetos que foram relacionados. Além disso, mantém o acesso universal, público e gratuito. Ora, os art.s 205, 206 e 208 da Constituição Federal garantem a universalidade e a gratuidade do ensino da educação básica, como todo ensino fundamental e ensino médio. Aliás, desde a educação infantil. Além de ser obrigatório é direito. Então, obviamente é gratuito o ensino. Em relação aos direitos dos servidores públicos do quadro efetivo da Seed, lotados nas referidas unidades educacionais, assegura dentro das normas da Seed oferta de vaga em concurso de remoção – se o professor não quiser permanecer naquela unidade que vai receber o Programa *Parceiro da Escola*. Garante, por outro lado, aos professores contratados pelo Programa *Parceiro da Escola* remuneração não inferior ao dos professores contratados por regime especial, o CRES, chamado PSS, bem como o direito das horas-atividade previsto na legislação trabalhista. Por outro lado, o processo de seleção da contratada observará os princípios da imparcialidade, da moralidade, da cumplicidade, da eficiência do interesse público, da modicidade, ou seja, efetivamente para buscar probidade administrativa, igualdade, planejamento, transparência, com absoluta clareza – § 1º do art. 5º. Também estamos fazendo o seguinte: o processo de seleção vai observar as regras esculpidas na legislação vigente do processo

licitatório. Para se habilitar no processo de seleção, a pessoa jurídica deverá comprovar mais de cinco anos de experiência, além de que detenha capacidade técnica e competência para desempenho dessas atividades pertinentes, que são no caso gestão administrativa e financeira na área educacional. Outro ponto importante: sobre a questão da alimentação escolar. A Secretaria de Educação, a Seed, a Fundepar, fornecerá a merenda escolar em consonância com a legislação pertinente, garantindo a segurança alimentar do aluno, podendo o parceiro contratado complementá-la. Ou seja, continuaremos com a mesma regra que foca na produção da agricultura familiar, a questão do fornecimento da merenda escolar, da alimentação escolar nessas escolas, que poderão ou não serem incluídas no programa. Senhoras e senhores, também um outro ponto que é importante. Antes da celebração do contrato, a proposta será submetida à consulta pública à comunidade escolar atendida, que poderá decidir ou não pela adesão ao programa. O Programa *Parceiro da Escola* será avaliado a cada ciclo contratual de acordo com os indicadores, que serão publicizados pela Seed, e que mensure, no mínimo, a evolução da frequência, a evolução da aprendizagem, a manutenção e a conservação das instalações, a satisfação da comunidade escolar. Ainda, o parceiro contratado atuará dentro dos limites estabelecidos pela Seed, em consonância com o previsto no instrumento convocatório do processo de seleção, abrangendo, exclusivamente, as dimensões administrativa e financeira, mantendo-se à Seed a autonomia absoluta sobre o projeto pedagógico. Ainda, § 2.^º do art. 7º: “*Os profissionais efetivos lotados nas instituições de ensino do Programa Parceiros da Escola permanecerão sob a gestão do diretor da rede, e deverão atender critérios e metas estabelecidos pelo parceiro contratado, em conjunto com o diretor da rede*”. Ainda, a Secretaria da Educação, a Seed, vai elaborar um laudo técnico dos estabelecimentos educacionais participantes do programa, apontando as manutenções necessárias e prioritárias. A parceira, com base no laudo mencionado neste caput, deverá apresentar um plano de trabalho escalonado do serviço, com a fixação do prazo de início e fim das manutenções, e executá-las conforme as prioridades apontadas pela Seed. As contratações feitas pela parceira, nos termos do disposto neste artigo, serão regidas pelo direito

privado, não se estabelecendo nenhuma relação jurídica entre terceiros contratados do Poder Executivo. Além disso, o Poder Executivo deverá apresentar, anualmente, os principais indicadores educacionais na unidade escolar participante do programa, devendo constar, entre outros elementos, indicadores de aprendizagem, frequência escolar, número de matrículas, taxa de abandono e taxa de evasão escolar. A remuneração do parceiro contratado, notem bem, será estabelecida de acordo com a média de custo de referência na rede pública estadual de ensino, e observará a disponibilidade orçamentária. Parágrafo Único deste artigo: o custo médio de referência levará em consideração as instituições de mesmo porte ou similares, o dimensionamento físico da instituição de ensino em implantação, o tipo de oferta, as metas e o resultado. Além disso, senhoras e senhores, acrescenta-se o Parágrafo Único no art. 24 da Lei n.^º 21.648: as atribuições e competências administrativas e financeiras, para atuação do diretor e diretor-auxiliar das instituições de ensino do Programa *Parceiro da Escola*, serão definidas por ato da Seed. Enfim, essas são as principais Emendas que foram acolhidas e que foram trabalhadas nesta Emenda Substitutiva Geral, que traz, na minha avaliação, segurança jurídica e transparência em relação ao projeto. Sobre a constitucionalidade, o tema foi tratado ontem e, efetivamente, será tema de objeto de debate no âmbito do Poder Judiciário. Por outro lado, penso que estamos fazendo dentro do que é competência nossa, como legisladores, o melhor para poder fazer com que o projeto tenha maior transparência, ou seja, todos aqueles da comunidade escolar decidirão se aceitam ou não o programa através do voto. É o voto que definirá se a escola vai aderir ou não ao programa. Ao mesmo tempo, conseguimos circunscrever exclusivamente as 200 escolas que foram listadas e, segundo a Secretaria de Educação, são escolas que tiveram um desempenho menor do que aquele era o esperado em relação ao Ideb e evasão escolar. Então, nesse sentido, com estas Emendas que fizemos, com esta Emenda Substitutiva Geral, entendo que avançamos neste projeto. Um projeto que é importante, até porque todos sabemos que gestão é um dos maiores desafios que temos... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Por favor, um minuto para concluir.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Concluo, Excelência. Até porque, nas cidades onde trabalho, sempre sou procurado e demandado pelas escolas estaduais, mesmo municipais, mas estaduais. Nunca ninguém me demandou nada de suporte pedagógico, para isso os professores da nossa rede são extremamente competentes. Os grandes problemas são sempre relacionados à gestão e este projeto, obviamente, foi pensado nessa dimensão. É uma experiência que está sendo proposta e, como tudo que é novo, sempre surge muito debate, muita discussão. Penso que trabalhei junto com os outros Parlamentares para tentar melhorar o Projeto e dar transparência em relação ao que estamos tratando. Nesse sentido, peço o voto favorável à Emenda Substitutiva Geral que apresentamos. É isso. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Próximo orador inscrito, para falar contrário ao projeto, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): O ano é 2022, eleições para o Governo do Estado do Paraná. O Governador Júnior: “*Eu não venderei a Copel*”. Em 2023, projeto em regime de urgência: venda da Copel. Discurso da Base do Governo: não é privatização, é transformação, incorporação e vai melhorar. O ano é 2022, o Paraná tem o melhor Ideb do Brasil, ano da eleição. Ano de 2023, propaganda para o Brasil todo do Ideb. Ano de 2024, realidade: privatizações de escolas, venda de escolas. O ano é 2022 e o Paraná é o *hub logístico* do Brasil, melhores estradas. Ano de 2023: volta o pedágio tão caro construído pelo Ratinho e pelo Sandro Alex. Em 2024, novamente mais expansão do pedágio. Este é o Governo do Juninho, o menino nascido em Jandaia do Sul, VIP, que significa “Vindo do Interior do Paraná”, assim como eu. Mas o Juninho, que frequentou a escola pública, resolveu esquecer as suas origens, resolveu, inclusive, não sei se foi pelo desempenho ruim escolar, se vingar dos professores e agora da escola, e trouxe este projeto. Primeiramente, um projeto inconstitucional, desrespeita a Constituição, porque quem tem legitimidade para legislar sobre essa mudança e

sobre a gestão do dinheiro escolar aqui, no caso, é a União. Desrespeita a LDB – Lei de Diretrizes Básicas da Educação, que trata da competência administrativa e financeira do diretor escolar. Desrespeita a LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal n.º 101/2000, art.s 14, 15 e 16: “*Criação de despesa é necessário relatório de impacto orçamentário e financeiro dos dois anos subsequentes*”. Desrespeita a vontade popular, não houve consulta popular. É uma lei ilegal, inconstitucional e imoral. E aqui dentro desta Casa ela piora: não cumpriu os art.s n.os 1, 2 e 4 do Decreto n.º 307, que normatiza a criação de projeto legislativo. Faltam documentos, como relatórios orçamentários, dados de disponibilidade financeira e outros mais. A CCJ hoje virou uma comissão de análise política, aliás, podia mudar o nome de CCJ para CAP, fez uma análise política de quais Emendas seriam constitucionais na visão do Governo e nada da legalidade. O projeto veio em regime de urgência para passar rápido, para o povo não sentir tanta dor, para o estudante não gritar tanto, para o professor não chorar tanto, porque senão se tiver tempo da população apreciar e entender, obviamente, não passa. Um projeto com custo indefinido, nem o Governo sabe quanto custa o tal custo/aluno hoje, pois não anexou nenhum documento comprovando isso. E falam de R\$ 800,00 para a iniciativa privada, quando comprovado, aqui, por vários Deputados e por mim, que o gasto que se tem hoje não é isso. Os colégios que estão sendo selecionados, a maioria, Deputado Goura, é porque tem bastante aluno, vai dar muito lucro. Os colégios pequenos, com 200, 300 alunos, não estão na lista, porque não geram lucro, porque é um projeto mercantil, comercial. Devia se chamar *Escola S/A – Negócios do Governo do Juninho*. Burla o processo trabalhista de contratação, faz todo um desvio de regramento e põe em prejuízo os direitos trabalhistas e a precarização dos educadores, das educadoras, dos funcionários, de todo mundo. Há uma interferência, sim, na gestão administrativa, na gestão financeira, e se há uma interferência na gestão financeira, por óbvio que vai afetar a pedagógica. Uma escola que durante um período tem aposentado seus professores concursados e tenha só contratação da empresa parceira, vai seguir a linha pedagógica da parceira. Não mais diretriz de Estado porque não tem um funcionário de Estado, e a escola não é estadual mais porque quem está

tomando conta da parte administrativa é o privado, quem está tomado conta do dinheiro é o privado, e os professores que estão lá contratados por CLT são privados. Portanto, a escola é privada. Parem de discurso mentiroso! Totalmente privada. É absurdo! Um projeto sem diálogo, não conversou com ninguém, não ouviu ninguém, mas, agora, quando se dá essa comoção toda pelo Estado, aparece lá o Juninho: "*Eu estou de braços abertos para o diálogo*". Deixa de mentir. Juninho, a propaganda sua é uma coisa e você é outra. Infelizmente é outra. Quem dera fosse tão bom quanto é a sua propaganda. Não houve consulta pública e estão querendo dizer agora que vai ter uma consulta pública, uma consulta pública pró-forma, assim como foi na escola cívico-militar, para querer dar um verniz democrático a uma bugiganga autoritária, como é este projeto aqui dentro. Uma escolha feita por Ideb, que serão escolas que terão parâmetros. Tem nada! Eu citei aqui ontem o Colégio Nilo Cairo que tem o Ideb alto, mas está ali pelo valoroso número de alunos que tem lá. Por fim, um projeto vago, discutido em pouco tempo, com poucas amarras jurídicas e com tantas aberturas é para dar brecha para no futuro cobrar mensalidade, sim, dos pais e dos alunos aqui no Estado do Paraná. Só não vê quem não quer que o que está sendo construído por este Governo é um cheque em branco em um projeto avalizado, infelizmente, por esta Casa, que não tem nem competência jurídica para estar votando isto, porque o Governo já vem fazendo isso com outras escolas. Aqui se quer passar o projeto para dar um viés democrático e jurídico, e não é verdade, vocês já ferem a autonomia financeira. Mas, olha, não escaparão disso. Nós entramos com medidas no STF, entraremos com mais medidas no STF, e estamos indo no Ministério de Educação em breve denunciar essas atrocidades. E se o Fundeb for bloqueado é porque vocês transgrediram a lei. Agora, esta Casa, infelizmente, vai pagar o preço de um problema que não era dela. Listar e aprovar em forma de lei qual escola precisa do setor privado não é competência de Deputado. Isto daqui é uma competência exclusiva do seu Governador, que em todo tema polêmico *bota o rabo no meio das pernas* e foge dele. É isso que está acontecendo aqui no Estado do Paraná. Eu sempre sou cuidadoso com as palavras que eu me refiro ao Governador Juninho aqui, mas tudo tem limite, sou uma pessoa de carne e osso,

emoção também, e o que está acontecendo com a comunidade escolar aqui no Estado do Paraná é deplorável, e o Palácio do Iguaçu está com a digital direta nisso, são responsáveis por todo esse caos, por todo esse problema. Professor queria estar na sala de aula, aluno queria estar estudando, mas por conta da autoridade, do abuso de vocês, está todo mundo com os olhos voltados aqui para a Assembleia do Estado do Paraná, para uns votarem a favor e, infelizmente, uma menor parte, uma minoria, composta por 13 Deputados... Tomara que hoje tenha mais Deputados para votar contra esta insanidade, que satisfaz o bolso do mercado, o ego do Ratinho e a maluquice sei lá de quem escreveu essa porcaria. Tchau!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): Uma boa tarde a todas e todos. Quero saudar especialmente aqui as professoras, os professores, os estudantes, os cidadãos paranaenses, que mais uma vez estão em vigília pela educação, que estão na luta. A luta, como foi dito ontem nesses corredores, é todo dia, e educação não é mercadoria. Vamos ser muito claros aqui com as palavras. Creio que o Deputado Arilson que me antecedeu colocou tudo em bom termo, o Deputado Lemos também, ontem o Deputado Renato Freitas, o Deputado Antenor, a Deputada Ana Júlia, a Deputada Luciana Rafagnin no dia de hoje, o Deputado Requião Filho também. O que está em pauta é sim a privatização da rede pública. O Paraná, na gestão Ratinho Júnior, na gestão Feder/Ratinho Júnior, agora Roni Miranda/Ratinho Júnior, segue um curso muito deplorável, que é de exportar más práticas educacionais. A Escola Cívico-Militar, que foi trazida aqui pelo Deputado Arilson, seguiu a mesma coisa: sem debate, sem discussão, com um verniz democrático de participação, mas com toda a máquina da propaganda do Governo do Estado, com a mídia paga pelo Governo do Estado, com a publicidade paga pelo Governo do Estado, para um convencimento da população de que aquilo seria muito bom. Quando o Deputado Líder do Governo fala que tudo vai ser muito democrático e tudo vai ser muito discutido com a comunidade, sabemos o que vem por aí! Vimos nestes poucos dias, dez dias, a máquina da propaganda do

Governo em curso nas redes sociais para dizer que o Projeto é muito bom, para dizer que o Projeto é muito legal e para dizer que haverá a valorização dos profissionais e da educação, quando na verdade, se esse fosse o fato, Deputado Requião, não teríamos, primeiro de tudo, o regime de urgência. E aqui falava com representantes da OAB, falava com representantes da APP, falei ontem para a imprensa igualmente, que é execrável o que está ocorrendo, Deputada Luciana. O Projeto tem que ser discutido! Recebemos muitas coisas aqui na Assembleia e o regime de urgência está sendo banalizado como um instrumento para um atropelo, para não debatermos, para a sociedade não debater. Acho que este é um grande ponto que temos que colocar em pauta aqui seriamente, a nossa Casa não pode mais admitir isto: o Projeto tramitando, Deputados que estão em seus gabinetes, em casa ou não sei onde, sem o debate com a sociedade. Precisamos do envolvimento com a sociedade. Uma política pública se constrói de baixo para cima, com a perspectiva de todo mundo que participa, principalmente, no caso da educação, de quem está na sala de aula, de quem cuida das escolas. São essas pessoas que têm que ser protagonistas e cujas vozes têm que ser ouvidas aqui neste Plenário, para que as tomadas de decisões, as políticas públicas sejam de fato assertivas, propositivas e eficientes. Não nada disso o que está ocorrendo nestes dias aqui na Assembleia. Quero também pedir uma salva de palmas e um apoio, um agradecimento público, já mencionei aqui a nossa Bancada de Oposição, composta pela Bancada do PT, pela Bancada de um homem só do PDT, mas também aqui dos companheiros Deputado Tercilio Turini, Deputado Evandro Araújo, Deputada Mabel Canto, Deputada Cristina Silvestri e Deputado Ney Leprevost, que também, ontem, em uma demonstração de muita coragem, posicionou-se em favor da escola pública. Toda a sociedade paranaense está observando o que está ocorrendo aqui e isto vai ficar para a história. Os Deputados que votaram “sim” para este Projeto, que votarão, que reafirmarão o seu voto no dia vão ficar para a lata de lixo da história, porque é isso o que está ocorrendo, estamos votando aqui a venda das escolas públicas, e o Projeto deixa claro que essas 200 escolas são o início de uma coisa que vai avançar. E quero lembrar aqui alguns dados que ninguém sabe ao certo, mas averiguamos que se

fala de R\$ 800,00 por mês/por aluno, ou é por ano, tampouco se sabe. Se for por mês, se for por mês, vamos falar de uma escola de mais ou menos 500 estudantes, estamos falando de R\$ 960 milhões por ano. Ok! Qual é o orçamento para o ensino médio previsto na LOA, para o ensino médio em toda a rede pública do Estado? Cento e quarenta e seis milhões de reais por ano. A conta não bate, gente! A conta não bate. Estamos falando de quase R\$ 1 bilhão por ano para essas 200 escolas, quando o orçamento para a educação total é de R\$ 14 bilhões para este ano. A conta simplesmente não bate! A Deputada Cristina interpelou aqui o Líder do Governo, na semana passada, dizendo: *Mas e o debate? Onde vamos debater?* O Líder do Governo disse: *No Plenário. No Plenário vamos debater.* Pois bem, cadê o debate? Cadê o Secretário da Educação, que deveria estar aqui respondendo as dúvidas dos Deputados? Onde está o Governador Ratinho Júnior, que igualmente poderia abrir, se quisesse, se quisesse, o Governador poderia convocar os professores e professoras, uma comissão de Deputados para irmos aqui, atravessarmos a rua, ao Palácio Iguaçu, para um amplo debate, para uma ampla conversa. Nada disso está ocorrendo! Não disso está ocorrendo. Quero lembrar Leonel Brizola, que dizia que o investimento em educação não é caro, caro mesmo é a ignorância. E seguimos aqui, Senhoras e Senhores, em uma triste toada! Estou envergonhado de estar aqui hoje, estou constrangido de estar aqui hoje! Olhem a mesa do Presidente, olhem a mesa da Comissão Executiva! Vazia. Saúdo os Deputados que estão aqui e que vão votar a favor pela coragem de estarem aqui. É importante! Aqui é o local do Plenário, aqui é o local do debate, aqui é o local da democracia e aqui é, sim, o local da divergência! E os policiais, o Deputado Antenor está lembrando aqui, que deveriam estar nas ruas trabalhando, são trabalhadores da segurança. E estamos aqui. Então, é uma tarde de vergonha para a política paranaense. É uma tarde que entristece a política do Paraná. E isto tem repercussões para todo o Brasil, novamente lembro que tudo o que está ocorrendo aqui, o Paraná como um palco de experimentos nefastos para a educação pública. O que está ocorrendo aqui, quando o Governador se diz com pretensões de ser Presidente da República, vemos um experimento de precarização do serviço público em todas as suas esferas, como se o Estado,

Deputado Antenor, fosse apenas um gestor de contratos. E isso é muito condizente, é uma visão talvez para uma boa parcela da população que não precisa da educação pública, como o Deputado Renato falou ontem, que não precisa da saúde pública, que não precisa do transporte público. Para uma parcela da população, esses serviços públicos são dispensáveis, pois a pessoa tem uma escola particular para os seus filhos, paga um plano de saúde particular, usa um, dois ou três carros. Ok! No entanto, para a imensa população do Paraná é a rede pública de educação que vai fazer a diferença, é a saúde pública que vai fazer a diferença, é um transporte coletivo barato que vai fazer a diferença, e nada disso está em pauta efetivamente. Então, Senhoras e Senhoras, o PDT do Paraná, a nossa bancada..., e convidamos ainda outros Deputados para que se somem ao voto que vai ficar marcado para a história, dos 13 Parlamentares e das Parlamentares que aqui estiveram presencialmente, no dia de hoje e no dia de ontem, e que não votaram “não” à venda da educação pública do nosso Estado. E nós, lembro a todos os Deputados, ainda há tempo de mudar o voto. Hoje estamos discutindo o mérito do Projeto, a votação em segundo turno. Então, Senhoras e Senhores, prezados Deputados, um apelo à consciência de cada um: votem “não” a este Projeto, votem “sim” pela educação pública do Estado, pela valorização das professoras e professores, da comunidade escolar e de toda a educação pública do Paraná.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador e último, para encaminhar contrariamente, Deputado Renato Freitas.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Siga o dinheiro! Disse que a princípio 200 escolas receberão a mão pesada da terceirização, uma das formas de privatização, mas o art. 3º do Projeto também prevê que todas as escolas podem ser terceirizadas. Apenas essas 200, que se tem notícia, reúnem cerca de 175 mil matrículas. Na proposta atual, daria o equivalente a R\$ 140 milhões para as empresas gerirem, dos quais uma taxa de lucro declarada de 7% e de administração de 5%. Seria então um “negócio da China”. Dezessete milhões por mês aos amigos do rei, aos que estão fartos no banquete da nobreza. Essa nobreza de estado que realmente pesa sobre os ombros dos pobres. Por isso, é

compreensível que a população queira retirar os privilégios do funcionário público, porque na cabeça da população funcionário público não é o professor, que ganha um salário de miséria, não é o guarda municipal ali na frente, agindo contra o próprio interesse por um salário de miséria, não é o tiozinho que limpa a rua, a praça para que transitemos, não é a enfermeira no posto de saúde arriscando a própria vida para combater um vírus mortal. Para eles, funcionário público são os parasitas que recebem quase R\$ 30 mil por mês, não utilizam portanto os serviços públicos, como saúde, educação e transporte e, como nunca se saciam, ainda são corruptos confessos. Eles, os maus funcionários públicos, que parasitam o estado, convencem o povo de que é necessário, por conta deles mesmos, menos estado. Portanto, a terceirização, a privatização. O dinheiro é a razão primeira deste ataque à educação. Mas não é só o dinheiro, são também as ideias. Tal como o patrão, eles já não querem mais apenas as nossas oito ou dez horas de trabalho, eles querem a hora de trabalho, o tempo de vida e o subjetivo, o convencimento. Os professores que denunciarem a espetacularização miserável do Parlamento, necessitando e exigindo *likes* e *views*, e os professores que mostrarem a falência da política, a partir da política da performance, serão punidos em sala de aula pela empresa, que terá um dono, um proprietário que com certeza encontrará Ratinhos e Grecas no Graciosa Country Club, e lá os patrões dirão: *Vou mandar embora 150 professores*. Por quê? Por que o DOI-Codi da educação, porque a censura, o controle pedagógico do que é ensinado em sala de aula demonstra que esses professores são subversivos à ordem da mentira e dos poderosos instituída pelos corruptos. Portanto, os critérios e as metas de contratação dos professores estarão exclusivamente na mão dos empresários e não dos educadores, da comunidade escolar. Por isso são eles também neste projeto inimigos da democracia, porque retirarão da comunidade escolar o poder e o direito de eleger os seus presidentes, os seus diretores. E o que farão as empresas na lógica do lucro e não da educação? Vão fazer o que o Governo Ratinho Júnior já iniciou: vão fechar o ensino de jovens e adultos. Vão fechar as escolas no período noturno. Qual Deputado que está votando contra a educação que teve que estudar em escola pública e no ensino noturno porque trabalhava, mesmo jovem, o dia

todo? Como eu, lá no Colégio Tenente Sprenger, no Jardim Cláudia, em Pinhais, em uma escola que não tinha professor de química e nem professor de inglês, e o que eu falo é facilmente comprovado pelo meu próprio histórico escolar. A única esperança de mobilidade social, de exercício de cidadania, de conhecer a própria história, para o jovem pobre, negro, trabalhador, da periferia, do ensino noturno, será dele violentamente e covardemente retirada! Hoje, no Brasil, sabemos qual é o perfil que faz do Brasil o País mais violento do mundo. Qual é o perfil dessas vítimas de violência letal pelas mãos da milícia e da própria violência social? Homens, jovens, negros, moradores de periferia de grandes centros urbanos e com ensino fundamental incompleto. Ou seja, a educação para nós é uma questão de vida, conserva as nossas vidas. O estudo para nós é um escudo, resumindo tudo. Viva a educação!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar favoravelmente ao projeto, Deputado Hussein.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, está me ouvindo bem?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Estou ouvindo, Deputado.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Em primeiro lugar, quero assim respeitosamente responder ao Deputado Goura, que eu tenho uma boa relação com ele. Todas as vezes que me procurou para ser atendido foi atendido, e tem um comportamento instável como esse. O Deputado pergunta e diz e afirma que é uma vergonha não estarmos no Plenário. É uma vergonha mesmo, mas não é a nossa culpa. A culpa é de vocês que invadiram a Assembleia, ou seja, vocês têm que ter um discurso só. Lá no Congresso Nacional, lá em Brasília, vocês e todos nós condenamos os atos de 8 de janeiro. E aqui é diferente? Aqui no Paraná como é que é? Aqui pode, aqui é bonito, aqui é democracia, aqui é defender uma causa. Alto lá! Vocês nos respeitem. O que aconteceu ontem nesta Casa foi uma das maiores vergonhas. Vergonha é isto: invadir um Parlamento. Vergonha é faltar com respeito com a democracia. Isto é vergonha! Porque perder ou ganhar faz parte do jogo. Eu me elegi Vereador com 21 anos de idade,

perdi muitas vezes na minha vida e ganhei outras, e sempre tive como base aceitar a derrota que a democracia impôs. Também aqui quero falar que é... Pasmem vocês, salta aos olhos a quantidade de inverdades que foram proferidas. Salta aos olhos. Duvido que uma pessoa em sã consciência, duvido que um pai, que um aluno, que estão sendo tentados a acreditar nisso, vão acreditar que o Estado pode cobrar mensalidade. Meu Deus do Céu! Mas, ainda assim, ainda assim para evitar maldades, ainda assim para evitar qualquer coisa, colocamos na nossa Emenda algo que deixe mais claro essa questão, já que é universal. Colocamos, Sr. Presidente. Antes que alguém fale, colocamos. Em relação à questão da merenda. A merenda do Paraná é a melhor do Brasil. São três merendas por refeição, por período, aliás, e continuarão sendo feitas, continuará tendo agricultura familiar, porque isto está previsto no projeto e assegurado na Emenda que foi capitaneada pelo Deputado Romanelli, Deputada Márcia e tantos outros, e assinada por 35 Deputados que fazem parte da nossa Base. Senhor Presidente, eu vejo falar em corrupção, me salta os olhos o PT falar em corrupção. Vou mudar minha postura a partir de agora. Salta-me os olhos ouvir alguns Deputados. Mensalão, Petrolão. Eles falam dos anos, das coisas, mas vamos falar de 2005, vamos falar de José Dirceu. Querem falar de Petrolão? Querem falar de André Vargas? Ou querem falar da delação do Palocci? Querem falar do Vaccari? Querem falar do Silvio Pereira? Querem falar do Denúbio? Do que vocês quiserem falar nós vamos falar. Nós estamos tratando aqui de uma maneira séria. Vocês são contra ideologicamente. Vocês ficam falando em diálogo, vocês são contra ideologicamente e aí respeito. Respeito porque é uma decisão de vocês. Nós somos a favor, como fomos a favor dos colégios cívico-militares, que hoje mostram que funcionam e funcionam muito bem. Posso assegurar aos nossos colegas da Base, podem votar com toda segurança. População que está nos assistindo, podem votar com toda segurança. Em primeiro lugar, eles estão tentando mentir para vocês. Está assegurado o devido processo democrático de eleição nas escolas. Assegurado. Está garantido. Só vai ter se a escola quiser, só vai ter se os pais quiserem, se os alunos maiores de 18 anos quiserem e se os professores quiserem, senão não

vai ter. Vocês querem coisas mais democrática que isso? A parte pegagógica continua com o diretor normal. E aí vamos tocar e vocês vão ver os ganhos que as escolas vão ter. E fica assegurado, através da Subemenda, que são 204 escolas no Estado do Paraná. É isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Bom, acabamos com os posicionamentos tanto contrários quanto favoráveis. Vamos submeter ao voto, então, a Subemenda Substitutiva Geral. Solicito ao 1.^º Secretário, Deputado Alexandre Curi, que proceda à chamada nominal dos Sr.^s Deputados para o exercício do voto.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Presidente, a Oposição gostaria de encaminhar o voto contrário a este Projeto e a este Substitutivo também, que não melhora o projeto, é apenas um *band-aid* em uma hemorragia interna.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Hussein, por favor.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Foi muito bem construído. Quero agradecer aos quase 40 Deputados da Base que subscreveram, e garante tudo aquilo que tínhamos discursado. É voto "sim".

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votando, Sr.^s Deputados.

SR. 1.^º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): Vamos ao voto. Como vota o Deputado Adão Litro?

DEPUTADO ADÃO LITRO (PSD): "Sim", Sr. Presidente.

SR. 1.^º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): Vota "sim".

Como vota o Deputado Alexandre Amaro?

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Deputado Amaro vota "sim".

SR. 1.^º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): Vota "sim".

Deputado Alexandre Curi. "Sim".

Como vota o Deputado Alisson Wandscheer?

DEPUTADO ALISSON WANDSCHEER (SD): Voto "sim".

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): Vota "sim".

Como vota a Deputada Ana Júlia?

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Pela educação pública do Paraná, voto "não".

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): Vota "não".

Como vota o Deputado Anibelli Neto?

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Voto "sim".

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): Vota "sim".

Como vota o Deputado Arilson Chiorato?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Voto "não".

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): Vota "não".

Como vota o Deputado Artagão Júnior?

DEPUTADO ARTAGÃO JÚNIOR (PSD): Voto "sim".

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): Vota "sim".

Como vota o Deputado Batatinha?

DEPUTADO BATATINHA (MDB): Voto "sim", 1.º Secretário.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): Vota "sim".

Como vota o Deputado Bazana?

DEPUTADO BAZANA (PSD): Voto "sim".

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): Vota "sim".

Como vota a Deputada Cantora Mara Lima?

DEPUTADA CANTORA MARA LIMA (REP): Voto "sim".

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): Vota "sim".

Como vota a Deputada Cloara?

DEPUTADA CLOARA PINHEIRO (PSD): Voto "sim".

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): Vota "sim".

Como vota o Deputado Cobra Repórter?

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Voto "sim".

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): Vota "sim".

Como vota a Deputada Cristina Silvestri?

DEPUTADA CRISTINA SILVESTRI (PSDB): Voto "não".

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): Vota "não".

Como vota o Deputado Delegado Jacovós?

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): "Sim" .

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): Vota "sim".

Como vota o Deputado Denian Couto?

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): O Deputado Denian vota "sim".

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): Vota "sim".

Como vota o Deputado Do Carmo?

DEPUTADO DO CARMO (UNIÃO): Voto "sim".

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): Vota "sim".

Como vota o Deputado Douglas Fabrício?

DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO (CDN): Voto "sim", Sr. Secretário Alexandre Curi.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): Vota "sim".

Como vota o Deputado Doutor Antenor?

DEPUTADO DOUTOR ANTENOR (PT): Voto "não".

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): Vota "não".

Como vota o Deputado Evandro Araújo?

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Voto "não", Secretário.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): Vota "não".

Como vota o Deputado Fabio Oliveira?

DEPUTADO FABIO OLIVEIRA (PODE): Voto "sim", Sr. Secretário.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): Vota "sim".

Como vota a Deputada Flávia Francischini?

DEPUTADA FLÁVIA FRANCISCHINI (UNIÃO): Voto "sim".

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): Vota "sim".

Como vota o Deputado Gilberto Ribeiro? Deputado Gilberto Ribeiro, como vota?

Como vota o Deputado Gilson de Souza?

DEPUTADO GILSON DE SOUZA (PL): Voto "sim", 1.º Secretário.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): Vota "sim".

Como vota o Deputado Goura?

DEPUTADO GOURA (PDT): Pela educação pública, voto "não".

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): Vota "não".

Como vota o Deputado Gugu Bueno?

DEPUTADO GUGU BUENO (PSD): O Deputado Gugu Bueno vota "sim".

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): Vota "sim".

Como vota o Deputado Hussein?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto "sim".

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): Vota "sim".

Como vota a Deputada Luciana Rafagnin?

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Em favor da educação pública do nosso Estado, voto "não".

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): Vota "não".

Como vota o Deputado Luís Corti?

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Voto a favor do Projeto.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): Vota "sim".

Como vota o Deputado Luiz Claudio Romanelli?

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): "Sim".

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): Vota "sim".

Como vota o Deputado Luiz Fernando Guerra?

DEPUTADO LUIZ FERNANDO GUERRA (UNIÃO): Voto "sim".

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): Vota "sim".

Como vota a Deputada Mabel Canto?

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Voto "não".

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): Vota "não".

Como vota o Deputado Marcel Micheletto?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Voto "sim", Secretário.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): Vota "sim".

Como vota o Deputado Marcelo Rangel?

DEPUTADO MARCELO RANGEL (PSD): Voto "sim", Sr. Secretário.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): Vota "sim".

Como vota a Deputada Márcia Huçulak?

DEPUTADA MÁRCIA HUÇULAK (PSD): Voto "sim".

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): Vota "sim", a Deputada Márcia.

Como vota o Deputado Marcio Pacheco?

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Voto "sim", Secretário.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): Vota "sim".

Como vota a Deputada Maria Victoria?

DEPUTADA MARIA VICTORIA (PP): Voto "sim".

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): Vota "sim".

Como vota a Deputada Marli Paulino?

DEPUTADA MARLI PAULINO (SD): Voto "sim".

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): "Sim".

Como vota o Deputado Matheus Vermelho?

DEPUTADO MATHEUS VERMELHO (PP): Voto "sim".

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): Vota "sim".

Como vota o Deputado Moacyr Fadel?

DEPUTADO MOACYR FADEL (PSD): Voto "sim".

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): Voto "sim".

Como vota o Deputado Nelson Justus?

DEPUTADO NELSON JUSTUS (UNIÃO): Voto "sim".

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): Voto "sim".

Como vota o Deputado Ney Leprevost?

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Voto "não".

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): Voto "não".

Como vota o Deputado Paulo Gomes?

DEPUTADO PAULO GOMES (PP): Voto "sim".

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): Voto "sim".

Como vota o Deputado Professor Lemos?

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): O Professor Lemos vota a favor da educação, contra o desvio do dinheiro público, vota "não" a este maldito Projeto.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): Voto "não".

Como vota o Deputado Renato Freitas?

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Voto contra o enriquecimento ilícito às custas da educação pública, voto “não” contra esse Projeto.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): Voto “não”.

Como vota o Deputado Requião Filho?

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Sem manchar a minha história, sem fazer ginástica para justificar um voto absurdo contra a minha ideologia, voto “não”, em favor da educação.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): Voto “não”.

Como vota o Deputado Ricardo Arruda?

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Para o bem da educação do Paraná e para o terror da APP-Sindicato, esse puxadinho do PT e dos maus professores, voto “sim”, a favor do Projeto.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): Voto “sim”.

Como vota o Deputado Samuel Dantas? Como vota o Deputado Samuel Dantas?

Como vota o Deputado Soldado Adriano José?

DEPUTADO SOLDADO ADRIANO JOSÉ (PP): Voto “sim”.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): Voto “sim”.

Como vota o Deputado Tercilio Turini?

DEPUTADO TERCILIO TURINI (MDB): Voto “não”.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): Voto “não”.

Como vota o Deputado Thiago Bührer?

DEPUTADO THIAGO BUHRER (UNIÃO): Voto “sim”.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): Voto “sim”.

Como vota o Deputado Tiago Amaral?

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Voto “sim”.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): Voto “sim”.

Como vota o Deputado Tito Barichello?

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELLO (UNIÃO): Pelo direito de os nossos jovens terem uma educação de qualidade, pela isonomia e pela igualdade, voto “sim”, com muito orgulho.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): Voto “sim”.

Vamos à segunda chamada. Como vota o Deputado Gilberto Ribeiro? Deputado Gilberto Ribeiro? Como vota o Deputado Samuel Dantas? O voto do Deputado Samuel Dantas? Encerrada a votação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Senhor 1.º Secretário, por favor, anuncie o resultado.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): Trinta e oito votos “sim” e 13 “não”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Trinta e oito votos favoráveis ao Projeto e 13 votos “não”. **Está aprovada a Subemenda Substitutiva Geral.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 1431/2024, dos Deputados Maria Victória, Cantora Mara Lima, Márcia Huçulak e Tercílio Turini, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa à médica Dra. Débora Cristina Oro Froehner, em reconhecimento à sua valorosa contribuição e orientação de cuidados e conscientização sobre Lipederma; **Requerimento n.º 1433/2024**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o envio de votos de pesar à família pelo

falecimento da Sr.^a Pierina Testa Brandelero, ocorrido no dia 12 de maio, no município de Santa Izabel do Oeste; **Requerimentos n.^{os} 1435 e 1436/2024**, do Deputado Goura, solicitando o registro e o envio de menção honrosa: ao Instituto Team Guará Social/Gracie Barra Guaraqueçaba, na pessoa do professor Faixa Preta Silvestre Lopes, pelos serviços prestados ao município de Guaraqueçaba, através da prática e do ensino no Jiu-itsu esportivo; e a Noel Cleudinei Kostiurezko, por sua atuação em políticas de acessibilidade e práticas paradesportivas; **Requerimento n.^º 1437/2024**, do Deputado Alexandre Amaro e a Deputada Flávia Francischini, solicitando o registro de menção honrosa ao Pastor Rafael Moraes, por dedicar sua vida pregando a palavra de Deus; **Requerimentos n.^{os} 1438 e 1439/2024**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, solicitando o envio de votos de pesar à família pelo falecimento dos Sr.^s: Giocondo Simionato, ocorrido em 31 de maio; e Mario Francisco Fleituch, ocorrido em 31 de maio.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.^º 1434/2024**, do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, solicitando a alteração da indicação dos membros titulares e suplentes do Partido Social Democrático - PSD, das Comissões Permanentes: Comissão de Segurança Pública - Deputado Tiago Amaral, membro titular, e Deputado Marcelo Rangel, membro suplente; Comissão de Turismo - Deputado Marcelo Rangel, membro titular, e Deputado Tercílio Turini, membro suplente, Deputado Cobra Repórter, membro titular, e Deputado Gugu Bueno, membro suplente; Comissão do Mercosul e Assuntos Internacionais - Deputado Marcel Rangel, membro titular, e Deputada Márcia Huçulak, membro suplente; Comissão de Defesa dos Direitos da Juventude - Deputado Marcelo Rangel, membro titular, e Deputado Adão Litro, membro suplente.

Justificativas de ausência.

Deferido conforme o art. 97, § 3º, I do Regimento Interno (por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico): **Requerimento n.^º 1430/2024**, do Deputado Samuel Dantas, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 3 e 4 de junho de 2024.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra Sessão Ordinária, antecipada de quarta-feira, já após o encerramento desta Sessão, e na sequência a Sessão Extraordinária, com a **Ordem do Dia** que já foi anunciada e disponibilizada no site da Assembleia: **Sessão Extraordinária – 3.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 345/2024; Sessão Ordinária antecipada de quarta-feira – Redação Final do Projeto de Lei n.^º 345/2024.**

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h08, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.^º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)